



Processo Nº 08505.019860/2014-51 - ISABEL KATUTA MUTALI, até 03/04/2015  
Processo Nº 08505.030167/2014-30 - KENDHIR YAFAY DA SILVA FRAGOSO, até 11/03/2015  
Processo Nº 08505.030249/2014-84 - GADE SATUALA VASCO MIGUEL, até 29/04/2015  
Processo Nº 08505.030339/2014-75 - NADIA AKSANA DA SILVA DE CARVALHO, até 17/04/2015  
Processo Nº 08506.002482/2014-67 - LAURA RIBA HER-NANDEZ, até 27/02/2015  
Processo Nº 08506.005255/2014-93 - LUIS ENRIQUE DEL CASTILLO MESSA, até 27/04/2015  
Processo Nº 08506.005299/2014-13 - NOVIC ANDRE BARATA SANDA, até 02/04/2015  
Processo Nº 08707.000774/2014-07 - ASDRUBAL LOZA-DA BLANCO, até 24/03/2015  
Processo Nº 08707.000837/2014-17 - CELIO FORTES GOMES, até 23/02/2015  
Processo Nº 08707.000846/2014-16 - ATANASIO SERAFIM VIDANE, até 07/04/2015  
Processo Nº 08793.006069/2013-01 - LISSA RODRIGUES PIRES MARTINS MORAIS, até 15/02/2015  
Processo Nº 08375.000774/2014-06 - CRISTINA FILOMENA AFONSECA RODRIGUES, até 25/04/2015  
Processo Nº 08296.006869/2013-24 - TIMOTEO DIMA PEREIRA, até 14/03/2015  
Processo Nº 08707.000766/2014-52 - ANGELA MARIA GONELLA DIAZA, até 16/03/2015  
Determino a REPUBLICAÇÃO do Despacho deferitório publicado no Diário Oficial da União de 20/05/2014, Seção 1, pág. 23, nos termos do art. 2º, da Portaria SNJ nº 03, de 05 fevereiro de 2009, prazo de estada Até: 27/03/2015.  
Processo Nº 08501.012577/2013-58 - HENRY DAVID MOGOLLON GARCIA

FRANCISCO DE ASSIS PEREIRA DA SILVA  
p/Delegação de Competência

DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

PORTARIA Nº 460, DE 21 DE OUTUBRO DE 2014

O DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 8º, incisos I, III e XIII da Lei Complementar nº 80, de 12 de janeiro de 1994, resolve:

Art. 1º O auxílio-moradia é devido a todo membro da Defensoria Pública da União em atividade, desde que não haja imóvel funcional disponível para sua habitação na localidade de sua lotação ou de sua efetiva residência, em caso de autorização para residência fora da sede da unidade.

Art. 2º Não será devido o benefício ao membro, e de igual modo o seu pagamento cessará, quando:

I - estiver aposentado ou em disponibilidade decorrente de sanção disciplinar;

II - estiver afastado ou licenciado, sem percepção de subsídio;

III - seu cônjuge ou companheiro ocupe imóvel funcional ou perceba auxílio-moradia na mesma localidade.

Parágrafo único. O membro cedido para exercício de cargo ou função em órgão da Administração Pública, ou licenciado para exercício de mandato eletivo, quando optante pela remuneração do cargo de origem, na forma da lei, poderá perceber auxílio-moradia, desde que comprove a inoccorrência de duplo pagamento.

Art. 3º O valor devido a título de auxílio-moradia, de caráter indenizatório, será fixado por ato do Defensor Público-Geral Federal, observando como limite o valor pago a mesmo título aos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

Parágrafo único. O valor devido aos membros da Defensoria Pública da União não será inferior àquele pago aos membros do Poder Judiciário da União.

Art. 4º O pagamento do auxílio-moradia será efetivado a partir de requerimento, que conterà, no mínimo:

I - a localidade de residência, com a correspondente autorização para residir fora da sede, quando for o caso;

II - a declaração de não incorrer em nenhuma das vedações previstas nos arts. 1º e 2º desta Portaria;

III - o compromisso de comunicação imediata à fonte pagadora da ocorrência de qualquer vedação.

Parágrafo único: Os requerimentos protocolados no prazo de até sessenta dias, contados da data de publicação desta Portaria, terão efeito retroativo a 15 de setembro de 2014, considerando-se válidos os requerimentos protocolados antes da publicação desta Portaria, desde que atendidos os requisitos contidos neste artigo.

Art. 5º Cabe à Secretaria-Geral de Logística e Patrimônio da Defensoria Pública-Geral da União comunicar ao membro interessado sobre a disponibilidade imediata de imóvel funcional em condições adequadas de habitabilidade, para fins de cessação do pagamento do auxílio-moradia, que será retirado da folha transcorridos trinta dias da comunicação.

§ 1º Considera-se interessado o membro mais antigo da carreira na localidade, excluídos aqueles que já ocupem imóvel funcional, permitida a formação de cadastro.

§ 2º A indisponibilidade superveniente do imóvel funcional, ainda que não aceito pelo membro, permite a apresentação de novo requerimento para pagamento da vantagem, com efeitos a partir de sua data de protocolo.

Art. 6º Compete à Secretaria-Geral Executiva da Defensoria Pública-Geral da União dirimir as dúvidas suscitadas na aplicação do disposto nesta Portaria, sendo os casos omissos decididos pelo Defensor Público-Geral Federal.

Art. 7º As despesas resultantes da execução desta Portaria correrão à conta das dotações consignadas à Defensoria Pública da União.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos financeiros retroativos a 15 de setembro de 2014, observada a prévia disponibilidade orçamentária e financeira.

HAMAN TABOSA DE MORAES E CORDOVA

PORTARIA Nº 467, DE 24 DE OUTUBRO DE 2014

O DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 8º, incisos I, III e XIII da Lei Complementar nº 80, de 12 de janeiro de 1994, resolve:

Art. 1º Fixar o valor do auxílio-moradia devido aos membros da Defensoria Pública da União em R\$ 4.377,73 (quatro mil, trezentos e setenta e sete reais, setenta e três centavos).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HAMAN TABOSA DE MORAES E CORDOVA

Ministério da Pesca e Aquicultura

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 398, DE 29 DE OUTUBRO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DA PESCA E AQUICULTURA, no exercício das atribuições que lhe confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, e tendo em vista o que consta no processo nº 00350.003006/2014-72, resolve:

Art. 1º A Portaria MPA nº 361, de 11 de setembro de 2014, publicada no Diário Oficial da União de 12 de setembro de 2014, Edição nº 176, Seção 1, pag. 56, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º Instituir o Comitê de Igualdade de Oportunidade de Gênero, de Raça e Etnia, de Pessoas com Deficiência e de Combate à Discriminação, de caráter consultivo, no âmbito do Ministério da Pesca e Aquicultura, com a finalidade de:

I - estudar e propor ações, no âmbito das atribuições do Ministério da Pesca e Aquicultura, que visem à igualdade de oportunidade de gênero, de raça e etnia, de pessoas com deficiência e de combate a discriminação;

....." (NR)  
"Art. 2º O Comitê será vinculado à Secretaria-Executiva e composto por:

....." (NR)  
"Art. 3º O Comitê reunir-se-á, ordinariamente, a cada dois meses, ou extraordinariamente, por convocação de sua Presidência ou da maioria simples dos participantes." (NR)

"Art. 4º Os trabalhos do Comitê serão coordenados pela Secretaria-Executiva.

....." (NR)  
"Art. 6º A participação no Comitê será considerada de relevante interesse público e não remunerada." (NR)

"Art. 7º O mandato no Comitê terá duração de dois anos, podendo ser prorrogado de acordo com as necessidades e diretrizes do Ministério da Pesca e Aquicultura." (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO LOPES

Ministério da Previdência Social

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL  
DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR  
DIRETORIA DE ANÁLISE TÉCNICA

PORTARIAS DE 29 DE OUTUBRO DE 2014

Nº 573 - O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 5º e o inciso II do art. 33, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I alínea "b", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.000557/2012-39, comando nº 358724486 e juntada nº 387762032, resolve:

Art. 1º Aprovar a incorporação do Plano de Suplementação de Aposentadoria "Regulamento 001" ao Plano de Benefícios Definido "Regulamento 002" - CNPB 1980.0020-29, administrados pela Fundação Chesf de Assistência e Seguridade Social.

Art. 2º Aprovar a aplicação do Regulamento do Plano de Benefícios Definido, CNPB nº 1980.0020-29, com as alterações decorrentes da incorporação do Plano de Suplementação de Aposentadoria "Regulamento 001".

Art. 3º Aprovar o Convênio de Adesão ao Plano de Benefícios Definido, CNPB nº 1980.0020-29, celebrado em 11 de agosto de 2014, entre a Fundação Chesf de Assistência e Seguridade Social - Fachesf e a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco- Chesf.

Art. 4º Aprovar o "Instrumento Particular de Incorporação do Plano de Suplementação de Aposentadoria "Regulamento 001" ao Plano de Benefícios Definido "Regulamento 002" - CNPB 1980.0020-29, que fazem a Fundação Chesf de Assistência e Seguridade Social - Fachesf e a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco- Chesf.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 574 - O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 5º e o inciso II do art. 33, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I alínea "b", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.000156/2014-41, comando nº 378070355 e juntada nº 383117724, resolve:

Art. 1º Aprovar a incorporação do Plano de Aposentadoria Básico Previ-Continental - CNPB nº 2008.0035-74, e do Plano de Aposentadoria Suplementar Previ-Continental - CNPB nº 2008.0036-47, pelo Plano de Aposentadoria de Contribuição Definida Previ-Continental, CNPB nº 2009.0035-19, que passará a ser denominado Plano de Aposentadoria Previ-Continental, administrado pelo Icatu Fundo Multipatrocinado.

Art. 2º Aprovar a aplicação do Regulamento do Plano de Aposentadoria Previ-Continental, CNPB nº 2009.0035-19, com as alterações decorrentes da incorporação do Plano de Aposentadoria Básico Previ-Continental - CNPB nº 2008.0035-74 e do Plano de Aposentadoria Suplementar Previ-Continental - CNPB nº 2008.0036-47, pelo Plano de Aposentadoria de Contribuição Definida Previ-Continental, CNPB nº 2009.0035-19.

Art. 3º Aprovar o "1º Aditivo ao Convênio de Adesão", que entre si celebram o Icatu Fundo Multipatrocinado e a Continental Indústria e Comércio Automotivos Ltda. para patrocínio do Plano de Aposentadoria de Contribuição Definida Previ-Continental, que passa a denominar-se Plano de Aposentadoria Previ-Continental.

Art. 4º Aprovar o "1º Aditivo ao Convênio de Adesão", que entre si celebram o Icatu Fundo Multipatrocinado e a Continental Indústria e Comércio de Peças de Reposição Automotivas Ltda. para patrocínio do Plano de Aposentadoria de Contribuição Definida Previ-Continental, que passa a denominar-se Plano de Aposentadoria Previ-Continental.

Art. 5º Aprovar o "1º Aditivo ao Convênio de Adesão", que entre si celebram o Icatu Fundo Multipatrocinado e a Continental Brasil Indústria Automotiva Ltda. para patrocínio do Plano de Aposentadoria de Contribuição Definida Previ-Continental, que passa a denominar-se Plano de Aposentadoria Previ-Continental.

Art. 6º Aprovar o "1º Aditivo ao Convênio de Adesão", que entre si celebram o Icatu Fundo Multipatrocinado e a Continental do Brasil Produtos Automotivos Ltda. para patrocínio do Plano de Aposentadoria de Contribuição Definida Previ-Continental, que passa a denominar-se Plano de Aposentadoria Previ-Continental.

Art. 7º Aprovar o "1º Aditivo ao Convênio de Adesão", que entre si celebram o Icatu Fundo Multipatrocinado e a Continental Automotivo do Brasil Ltda. para patrocínio do Plano de Aposentadoria de Contribuição Definida Previ-Continental, que passa a denominar-se Plano de Aposentadoria Previ-Continental.

Art. 8º Aprovar o "Instrumento Particular de Incorporação do Plano de Aposentadoria Básico Previ-Continental (CNPB nº 2008.0035-74) e do Plano de Aposentadoria Suplementar Previ-Continental (CNPB nº 2008.0036-47) pelo Plano de Aposentadoria de Contribuição Definida Previ-Continental (CNPB nº 2009.0035-19), administrados pelo Icatu Fundo Multipatrocinado", celebrado em 27 de janeiro de 2014.

Art. 9º Aprovar o "1º Termo Aditivo ao Instrumento Particular de Incorporação do Plano de Aposentadoria Básico Previ-Continental (CNPB nº 2008.0035-74) e do Plano de Aposentadoria Suplementar Previ-Continental (CNPB nº 2008.0036-47) pelo Plano de Aposentadoria de Contribuição Definida Previ-Continental (CNPB nº 2009.0035-19), administrados pelo Icatu Fundo Multipatrocinado", celebrado em 24 de junho de 2014.

Art. 10º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ ROBERTO FERREIRA